

MULHERES NEGRAS RESISTEM: PROTAGONISMO FEMININO, NEGRO E NORDESTINO

BLACK WOMEN RESIST: FEMALE PROTAGONISM, BLACK AND NORTHEASTERN

Vera Rodrigues 1

Resumo: Em março de 2018 tiros executaram a vereadora, socióloga e ativista Marielle Franco no Rio de Janeiro/RJ. Em maio de 2018 lançávamos o projeto “Mulheres negras Resistem: formação teórico-político para mulheres negras” em Fortaleza/CE. A primeira aula teve como tema: ideias são à prova de balas. Nessa ocasião dentre 92 inscritas, selecionamos 25 mulheres negras entre estudantes, ativistas e trabalhadoras oriundas, especialmente, das periferias da cidade. Nosso objetivo: fomentar o protagonismo feminino e negro, por meio da formação de quadros de representação social e política em espaços públicos e privados. Esse direcionamento alinha-se às perspectivas teórico-políticas do feminismo negro, democracia e luta antirracista. Em março de 2019, lançamos a 2ª edição do projeto com 40 mulheres negras selecionadas dentre 808 candidatas do Ceará e outros estados.

Palavras-chave: Feminismo Negro. Epistemologia. Resistência.

Abstract: In March of 2018 shots executed the council woman, sociologist and activist Marielle Franco in Rio de Janeiro / RJ. In May 2018 we launched the project “Black Women Resist: theoretical-political formation for black women” in Fortaleza / CE. The first lesson had as its theme: ideas are bulletproof. On that occasion, among 92 enrolled, we selected 25 black women among students, activists and workers, especially from the out skirts of the city. Our objective: to foment female and black protagonism, through the formation of social and political representation in public and private spaces. This orientation is aligned with the theoretical - political perspectives of black feminism, democracy, and anti-racist struggle. In March 2019, we launched the 2nd edition of the project with 40 black women selected from 808 candidates from Ceará and other states.

Keywords: Black Feminism. Epistemology. Resistance.

Caminhos da Dororidade

Marielle Franco foi morta naquele 14 de março de 2018. E eu mulher negra, vivenciei a dororidade na perspectiva de Piedade (2017). Era um sentir. Era uma dor que *“contém as sombras, o vazio, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta”*. Marielle, mulher negra, estava morta. E essa dor *que só pode ser sentida a depender da cor da pele* por dizer muito de trajetórias coletivas de vida marcadas pela experiência comum do racismo, especialmente o racismo que mata. Estruturalmente mata.

Segundo dados do “Atlas da Violência” do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2015 65,3% das mulheres mortas no país eram negras. Em uma década – de 2005 a 2015 – há uma curva ascendente no percentual de homicídios contra mulheres negras em torno de 22%. Já em relação às mulheres brancas essa curva é descendente na marca dos 7,4%. Esses números são indicadores estatísticos da morte e da dor, ou seja, como não dizer – e muito menos não sentir – a especificidade dessa dor traduzida no conceito de dororidade? Esse questionamento vem acompanhado de outro: o que essa trajetória diz de mim? De nós? De Marielle? Por que nos identificamos com Marielle? Como resistimos ao racismo? E respondemos que não estamos encapsuladas na dor ou num pretenso papel de sujeito passivo, mas sim no exercício contínuo de reiterar que *“Vidas negras importam”*. Nossas vidas importam.

Ou simplesmente como um grupo de mulheres com punhos erguidos bradavam no enterro de Marielle: mulheres negras resistem. O grito delas ecoou do sudeste ao nordeste, do Rio de Janeiro à Fortaleza, das cariocas às nordestinas. E quando aqui chegou, inicialmente parecia um grito preso na garganta. Um sentir doloroso, latejante e sem fim. Mas, o tempo-senhor de todas as demandas-, converteu esse sentir, em um refletir e um agir pautados pelo protagonismo feminino, negro e nordestino. Afinal, *“A gente combinamos de não morrer”* como já dito pela escritora Conceição Evaristo e, sementes não morrem quando enterradas. Germinam.

Esse tripé veio alicerçado em outro: a ideia de realizar um curso de formação teórica e política de, para e com mulheres negras. Assim, referências teórico-políticas, cursistas e formadoras são mulheres negras. Essa perspectiva ganha relevância na realidade social cearense. Na *“Terra do sol”* negros(as) não existem. Assim diz o discurso oficial que exalta o pioneirismo abolicionista ocorrido em 1884; a figura do Chico da Matilde ou como ficou reconhecido o *“Dragão do Mar”*. Aliás, Matilde era o nome da mãe dele. Uma mulher negra de quem pouco ou nada se sabe. Dele a historiografia oficial registrou ser um jangadeiro que liderou uma greve em que a mercadoria – o negro(a) escravizado, a carne mais barata do mercado – não era transportada em nenhuma jangada do litoral cearense do século XIX. Esse é o símbolo de uma resistência do Brasil escravocrata.

Outro símbolo vem da imagem da *“Negra Nua”*. Uma escravizada que teria sido castigada com a mutilação de um seio e, posteriormente a morte por ter ocasionado a morte do filho do seu senhor, de quem era ama-de-leite. Ela é retratada em um painel cuja pintura mostra uma mulher negra, nua e de joelhos. De suas mãos, erguidas para o céu, pendem correntes arrebentadas. A interpretação local é de que ela agradece a Deus pela liberdade recebida na morte.

Esses símbolos de resistência do passado ganham outros contornos, quando nos perguntamos sobre as formas de resistir no presente. A Matilde, valorizada enquanto mãe do herói e a *“Negra Nua”*, valorizada enquanto mártir da escravidão, dão lugar ao protagonismo feminino e negro de mulheres cearenses em uma experiência que une ativismo e academia na disputa por narrativas de quem são as *“Mulheres Negras Resistem”*?

Caminhos da Resistência

O projeto de extensão *“Mulheres Negras Resistem: processo formativo teórico-político para mulheres negras”* emerge como uma ideia de fomentar o protagonismo feminino e negro, por meio da formação de quadros de representação social e política. Tal representação pensada para atingir espaços públicos e privados, tais como universidades, movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais. Para isso nos alinhamos em uma perspectiva teórico-política com ênfase no feminismo negro, pautas democráticas e luta antirracista.

Foi com essa perspectiva que uma pequena equipe de trabalho formada por docentes negras de universidades públicas e estudantes também negras iniciaram os primeiros passos para

tirar essa ideia do papel e dar-lhe concretude. E, como dizia a socióloga Luiza Bairos (1953-2016): “em uma sociedade racista e machista mulher negra tem que ter nome e sobrenome, se não o racismo põe o nome que quiser”, nosso grupo de diálogo e trabalho é formado pela professora Zelma Madeira, e as pós-graduandas Ariadne Rios e Mona Lisa da Silva.

Em abril de 2018, fizemos nossa 1ª reunião de trabalho na qual definimos o cronograma, formato e estrutura do projeto. Adotamos o formato de um curso de extensão para fortalecer o vínculo entre universidade e sociedade. A estrutura de viabilização e manutenção do projeto se deu via parcerias de professoras negras, uma antropóloga e uma assistente social, ambas coordenadoras de núcleos de pesquisa¹ em universidades públicas. Dessa parceria afetiva, teórica e política construímos as bases epistemológicas e concretas para a viabilização do projeto.

Cabe dizer que a epistemologia, substantivo feminino, soa aos nossos ouvidos e sentidos como o que Patricia Hill Collins (1990) escreveu na introdução do seu Livro “Pensamento Feminista negro” como colocar as “experiências e ideias das mulheres negras no centro da análise”². Essa perspectiva define o nosso fazer teórico e político de, para e com mulheres negras. Ou seja, realizamos um curso para mulheres negras, ministrado por professoras negras e com um referencial teórico-político de intelectuais negras.

Figura 1 - Cartaz do Projeto



Fonte: Acervo da autora.

Esse é o nosso material de divulgação elaborado por uma de nós³, como parte do esforço conjunto para a realização de um projeto que reflita nosso protagonismo feminino e negro. Nessa perspectiva, buscamos uma imagem que fosse representativa de trajetórias coletivas de vida de mulheres negras. Essa centralidade em suas experiências e ideias se coadunam com uma contribuição teórica e política que elas evocam.

1 No meu caso, o Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e da Diáspora – Ceiafrica, vinculado à Unilab – Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Do outro lado, a professora Zelma Madeira, coordenadora do Nuafro - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família, da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

2 Trecho de “Black Thought Feminist” traduzido por Aline Rossi. Disponível em: <https://feminismocomclasse.wordpress.com/2017/07/02/pensamento-feminista-negro-traduzido-prefacio/>

3 Arte elaborada por Mona Lisa da Silva, mestra em antropologia (Ufc/Unilab), escritora e integrante da equipe de coordenação, juntamente com Ariadne Rios, mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts/Unilab).

Dado esse primeiro passo, estruturamos o curso em módulos temáticos compostos cada um por dois a três encontros quinzenais, no período de maio a novembro daquele ano, totalizando uma carga horária de 40 horas. O quadro a seguir expõe esse arranjo:

Quadro 1: elaboração da autora.

Módulo Temático	Intelectual Negra de Referência	Formadora
Ideias são à prova de balas	Marielle Franco Lélia Gonzalez	Vera Rodrigues/Unilab
Nossos passos vêm de longe	Jarid Arraes	Vera Rodrigues/Unilab
Nós por nós	Juliana Borges Vilma Piedade	Luana Antunes/Unilab Zelma Madeira/Uece
Feminismos Negros	Djamila Ribeiro Flávia Rios Regimeire Maciel	Carolina Bernardo/Unilab
Estado, Democracia e Políticas Públicas.	Winnie Bueno Suelen Aires Gonçalves	Rosalina Tavares/Unilab

Os módulos foram nomeados com base no contexto sócio-político de luta das mulheres negras, atentando para expressões de ativismo e produção de conhecimento. Esse cuidado visa que cada cursista e formadora se reconheça nesse processo formativo e que isso faça sentido em suas trajetórias coletivas de vida. No dia 14 de maio de 2018 demos início ao primeiro módulo e o encerramento se deu em novembro com a cerimônia de entrega simbólica de certificados.

Em cada módulo, também estava previsto atos de intervenção. Esses momentos se constituem em ações que ocorrem em espaços públicos e podem ter formatos diversos: roda de conversa, sarau, cine-debate, etc. Tanto os módulos quanto os atos de intervenção são pensados de forma a estimular o protagonismo das cursistas em diálogo com um público externo, formado em sua maioria por outras mulheres negras.

Assim, são aplicadas técnicas que aliam a experiência vivenciada enquanto mulheres negras com referencial teórico-político que permita reflexão e aplicação do conteúdo desenvolvido. Por conta disso fazemos uso de leituras seguidas de debates, dinâmicas de grupo, elaboração e produção de material audiovisual com depoimentos das cursistas e produção de textos. Para fins de registro e sistematização das atividades mantêm-se dados atualizados sobre o desenvolvimento do curso e suas etapas nas redes sociais; compartilhamento e participação em ações de redes e coletivos de mulheres negras e questionários de autoavaliação ao final de cada módulo.

Nossos caminhos

Para trilhar o caminho das “Mulheres Negras Resistem” a escolha das cursistas passa por um processo seletivo em que elas preenchem um questionário online com dados pessoais: nome, endereço, escolaridade, ocupação ou profissão. Para além das dessas informações que nos ajudam a traçar um perfil do grupo, há duas questões norteadoras do processo: como a candidata se declara em termos de raça/cor e qual a sua motivação para realizar o curso.

Na 1ª edição do curso em 2018, oferecemos vinte e cinco (25) vagas em função do espaço disponível, bem como priorizarmos um grupo pequeno para um projeto que estava no seu início. Para nossa grata surpresa e confirmação de que estávamos no caminho, obtivemos noventa e duas (92) inscrições. Isso se tornou valioso para um projeto-piloto em um estado em que se diz que negras(os) não existem.

Sobre o pertencimento racial: 47,8% das inscritas se autodeclararam negras, seguidas de 20,7% como pardas e 3,3% autodeclaradas brancas. No percentual restante (28,2%) houve adesão à categoria “outros” em que termos como “negra/preta”, “pretinha”, “preta” e “negro” (inscrição masculina) foram acionados. Em nossa análise prevaleceu uma identificação com o ser negra, ainda que as variações existentes indiquem as nuances presentes na etiqueta das relações raciais e na construção do processo identitário, especialmente no estado do Ceará.

Em termos de atuação social, 64,1% das inscritas informaram ser estudantes (alunas de graduação em universidades públicas); 21,7% ativistas (atuantes em organizações do movimento negro ou de mulheres, partidos políticos e organizações não-governamentais) e 14,1% destacaram outras formas de atuação social, tais como donas de casa, trabalhadoras informais e mães.

O perfil estudantil destacou-se nesse momento, acreditamos em função do ingresso crescente de universitárias negras no cenário acadêmico das universidades em que atuamos, bem como de uma rede de contatos estabelecida, a partir de coletivos estudantis e/ou redes sociais que conectam essas estudantes. O ativismo e as outras formas de experiências como mulheres negras compõem um quadro que nos é bem-vindo e estimulante: a heterogeneidade que possibilita (re)leituras da realidade social e consequente construção de estratégias políticas e epistemologias.

E, por falar em realidades sociais verificamos no item moradia que nossas inscritas eram moradoras de bairros periféricos ou dos municípios da região metropolitana de Fortaleza. Também houve interesse de mulheres quilombolas, dois casos apenas, mas que por questões de deslocamento do território ou situação familiar não deram continuidade à participação no processo seletivo. Nesse sentido, sinaliza-se a potência advinda desses espaços e o potencial multiplicador que o projeto pode ter, a partir do exercício do protagonismo feminino e negro dessas mulheres.

Para abordar a motivação para participar do projeto, selecionamos algumas respostas⁴ dadas a essa questão. Inicialmente, observamos que a auto identificação como mulher negra era o ponto de partida e a maior razão para querer compartilhar aquele espaço com as suas iguais, como apontam os trechos abaixo:

Creio que mulheres negras juntas são revolucionárias. Desejo tratar revoluções com as minhas. (n52)

Porque sou uma jovem negra que acredita e luta pelo reconhecimento e valorização da importância e do papel da mulher negra na vida, na sociedade e no mundo. (n64)

Compartilhar vivências e conhecimento com outras mulheres negras, o projeto nos convida a crescer e pautar o protagonismo da mulher negra em todos os ambientes que nos é negado e é nosso por direito. Bem como estar aberta a novos conhecimentos e problemáticas. (n69)

Eu, enquanto mulher negra, tenho a necessidade de me conectar com outras iguais a mim e de me fortalecer no debate e leitura de tudo o que permeia nossas vivências. Estudo na área da comunicação e tento transformar essa realidade tão colonizada da publicidade. Meu projeto de TCC é sobre a comunidade quilombola de Horizonte - Alto Alegre, suas vivências e conquistas, e acredito que seria de extrema importância, ter mais esse suporte na busca pelo conhecimento com a ajuda de vocês. (n72)

Sou mulher, negra, mãe e periférica e por me tornar cada vez mais consciente do meu lugar nesta sociedade racista, machista e classista é que gostaria de contribuir de forma prática (na luta) e teórica (na produção de conhecimento) para o fortalecimento do movimento de resistência de mulheres negras. (n91)

⁴ As respostas não contêm identificação das respondentes, apenas a numeração correspondente à ordem de acesso ao questionário online.

Eu como mulher negra, Quilombola militante estou sempre à procura de novos conhecimentos para ser repassados para meu povo. (n92)

Nessa abordagem analítica a existência do “eu negra” é parte do “nós negras”, o que pode potencializar para além do pertencimento como sujeito, o viés do coletivo. Temos assim algo que nos é caro para pensarmos em formação de redes, coletivos ou outra denominação que se queira dar ao compartilhamento de experiências que nos interligam, aproximam e fomentam nosso protagonismo.

Outra razão identificada por nós foi a necessidade de estarmos juntas. De termos uma experiência vivida entre nós. Isso era algo de que não tínhamos absoluta certeza ao pensar o projeto como uma experiência endógena, de nós para nós. Isso porque há uma forte tendência em pluralizar os debates e encontros entre grupos sociais diversos na busca de uma linguagem comum e superação de adversidades, em prol da unificação das lutas de todos(as) que enfrentam a matriz de opressão constituída por raça, gênero e classe.

Além disso, o movimento negro de forma geral, já experienciou esse formato de proximidade quando pequenos grupos se organizavam em um processo de (re)descoberta de si e dos seus, por meio do contato com seus referenciais históricos, artísticos e políticos. Eu vivenciei esse formato na década de noventa do século XX e nos primeiros anos do século XXI quando participei, respectivamente, da CICAB -Cooperativa Integrada de Cultura Afro-brasileira e do Cecune - Centro Ecumênico de Cultura Negra, ambas experiências localizadas no cenário gaúcho. Então, a dúvida girava em torno da necessidade desse formato em 2018. Seria necessário? Vejamos as respostas recebidas:

Como afirma Alice Ruiz: “a história foi feita pelos homens, escrita e analisada pelos homens, inclusive as mulheres” A mulher negra, portanto, representa na história da sociedade a escória da escória. É urgente possibilitar o protagonismo e o aumento da auto-estima da mulher negra, para que a partir da afirmação de identidade, possamos debater e acessar direitos. Desse modo, vejo nesta oportunidade uma possibilidade extraordinária de, a partir de uma formação, contribuir com a construção de novas perspectivas e atuação -enquanto mulher negra - para mulheres negras. (n51)

Para aprender mais sobre minha ancestralidade, conhecer o que foi tirado de mim e poder passar para mais mulheres da periferia que moro. (n81)

Faço parte de um coletivo de negros e negras que atua na periferia, elaboramos atividades que englobam o protagonismo negro resgatando a identidade e cultura negra de modo que possamos nos valorizar e combater as contradições e a segregação racial institucionalizada. Vejo a necessidade de buscar sempre novos espaços e conhecimento que possam me ajudar a construir e efetivar nossas ações visando a organização, planejamento e a ação de nosso povo. (n60)

Compartilhar vivências e conhecimento com outras mulheres negras, o projeto nos convida a crescer e pautar o protagonismo da mulher negra em todos os ambientes que nos é negado e é nosso por direito. Bem como estar aberta a novos conhecimentos e problemáticas. (n71)

Venho em busca de cursos como este faz tempo, por diversos motivos. O primeiro deles em razão de ter me mudado recentemente para o Ceará (vinda de Minas Gerais) e não ter encontrado até um momento um grupo de pessoas cuja luta eu me identificasse para discutir questões de raça. Além disso,

nunca tive a oportunidade de participar de discussões e cursos que discutiam questões raciais com recorte de gênero, sempre o papel masculino está em destaque. (n77)

Essas demandas pela experiência coletiva se concretizaram durante os encontros em sala de aula. A valorização do espaço como algo único e nosso apareceu como ponto comum no processo avaliativo ao final do curso. Outro ponto que corrobora a validade dessa experiência veio de relatos posteriores de quem já havia participado de grupos de mulheres em geral, sem o recorte racial como fio condutor.

As cursistas relataram que vivenciavam um silêncio constante da experiência de serem mulheres negras, traduzida na primazia dada a uma ideia homogeneizadora de “mulheres periféricas” ou de “sujeitos vulneráveis”. Isso nos mostrou a relevância da nossa perspectiva de um processo formativo teórico-político de, para e com mulheres negras.

Por fim, outra razão que sobressaiu para participar do curso foi o entendimento sobre a conjuntura política nacional que afeta – e muito – a população negra, especialmente as mulheres.

Por acreditar que esse é um espaço fundamental diante da conjuntura que nós vivemos; e por ter nitidez que só iremos mudar a estrutura colonial, racista, patriarcal e Lgbtofobia que sustenta nossa sociedade quando colocarmos pessoas que historicamente foram excluídas dos espaços de poder, no poder. Pois quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Mas quando várias mulheres e mulheres pretas entram na política, se muda a política. (n56)

É muito importante que essas iniciativas aconteçam, s, em sua maioria, moradoras de sobretudo com o assassinato de Marielle! Que as mulheres negras estejam juntas, aprendendo, trocando e se fortalecendo!! Além de ser integrante do NUAFRO e entendo que participar desse espaço será maravilhoso! Também estou me propondo a estudar no mestrado sobre mulheres quilombolas! (n42)

Por eu ser uma mulher negra e militante dos direitos humanos. Passamos por momentos tristes devido à nossa questão racial, a sociedade está naturalizando a morte de mulheres negras. Alguém precisa fazer resistência. (n79)

Eu me interessei por esse projeto por conta do público alvo do projeto que são: mulheres negras, ativistas ou estudante, visto que no Brasil a carne que mais que mata e a carne negra. (n86)

Lutar pelo movimento que fomente a ocupação desses corpos negros dentro e fora da universidade, que essas questões nos levem a questionar as violências sofridas por mulheres negras periféricas e levar esses discursos para diversas esferas do nosso meio social, principalmente aquelas que pouco tem acesso ao ensino onde essas discussões não alcança. (n89)

Processo de formação política para as mulheres negras é de extrema importância para a construção e fortalecimento de nossa identidade. É necessário estarmos atentas a isso para continuarmos na luta, pois fomos e somos forjadas na batalha. (n12)

Nessas falas ressaltam-se o impacto causado pela execução de Marielle Franco como potencialmente simbólico da naturalização da morte de outros corpos negros. Falemos de feminicídio ou genocídio da juventude negra é marcante uma necropolítica do estado aos moldes do que nos traz o filósofo Achille Mbembe sobre como o exercício da soberania reside “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Esse tenso diálogo entre Estado, sociedade, morte e vida nos levou ao exercício da luta por democracia na sala de aula e nas ruas

de Fortaleza.

Caminhos democráticos

Nos filiamos a Ribeiro (2018) quando a filósofa nos diz que “pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos”. Por essa via, realizamos nosso ato de intervenção durante os protestos contra a ascensão ao poder de um projeto político nos moldes do fascismo, racismo e misoginia.

Figura 2 - “Marcha Ele Não”, setembro de 2018, Fortaleza.



Fonte: Fotografia de Paulo Rodrigues - Acervo da autora.

Naquele final de setembro nós marchamos por nossas vidas no sentido mais amplo possível, tendo em mente o que Gonzalez (1982) escreveu sobre o processo de ruptura democrática no Brasil dos anos 60. O preço cobrado da população negra foi exatamente a precarização das suas condições de vida por via da favelização e do arrocho salarial. E agora, o que seria? Uma agudização da necropolítica?

Esse questionamento não ignora o que nos diz Gonçalves (2017):

A ideia que a democracia, enquanto universalização de direitos e no desenvolvimento do ser humano, nunca esteve presente, em nenhum momento da história desse país, ao alcance de setores historicamente marginalizados da sociedade brasileira – seja nos períodos de regimes autoritários e de exceção, seja no nosso interregno democrático. Refiro-me portanto, à população negra, juvenil e periférica. (GONÇALVES, 2017, p. 139).

Sim, de fato a democracia manifesta na universalização de direitos e no desenvolvimento do ser humano, ainda é algo a ser conquistado. Talvez, por isso seja tão avassalador o desmonte de políticas públicas e do amparo constitucional para as ações afirmativas e os direitos das trabalhadoras domésticas, por exemplo. Essas são conquistas recentes que completaram pouco mais de uma década de existência legal. Nesse curto espaço de tempo houve o ingresso de universitárias negras(os) nas universidades públicas. E isso, como já dissemos anteriormente, compõe o perfil majoritário de nossas cursistas.

No tocante ao serviço doméstico, muitas cursistas já o desempenharam ou são filhas de empregadas domésticas. Então, quando falamos na emenda constitucional 72, mais conhecida

como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012) elas sabem do que estamos falando e por quê. Nesses exemplos, a democracia é o vivido. E como não falar ou lutar pela vida?

Talvez, por isso quando o curso encerrou sua 1ª edição em novembro de 2018 uma cursista fez questão de receber seu certificado ao lado da mãe, empregada doméstica, que descobria junto com ela o protagonismo feminino e negro de Laudelina de Campos Melo, fundadora do sindicato das empregadas domésticas de Campinas/SP. Esses e outros momentos construíram a 2ª edição do projeto “Mulheres Negras Resistem”, o qual estamos vivenciando agora com 40 cursistas escolhidas em universo de 808 inscrições. Uma nova trajetória coletiva de vidas se inicia. Uma nova história a ser contada. E o será na ótica da resistência. Em resposta à pergunta instigante e desafiadora de Borges (2017): Haverá resistência? Respondemos: sim, haverá. Mulheres Negras Resistem.

Referências

BORGES, Juliana. Feminismo Negro: resistência anticapitalista e radicalização democrática. In: Winnie Bueno [et al]. **Tem Saída? ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017, p. 129-136.

COLLINS, Patrícia H. **Black Thought Feminist**. Routledge, 1990.

GONÇALVES, A. Suelen. Estado “Democrático e de Direito” para Quem? Identidades para uma Construção de Democracia para a População Negra no Brasil. In: Winnie Bueno [et al]. **Tem Saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017, p. 137-246.

GONZALEZ, Lélia. “O Golpe de 64: o novo modelo econômico e a população negra”. In: GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130746/mod_resource/content/1/Gonzalezhasenbalg%281982%29Lugar-de-negro.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios** | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: editora Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

Recebido em 15 de outubro de 2019.

Aceito em 1º de novembro de 2019.